



**INSTRUMENTO CONVOCATORIO/EDITAL
(REGISTRO DE PREÇOS)**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023**

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE JAPONVAR**, Estado de Minas Gerais, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Rua Curitiba nº 112 – Centro - Japonvar - MG, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.476.0001-46, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Welson Gonçalves da Silva, torna público que fará a realização de licitação através da modalidade **Pregão Presencial**, objetivando a seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de **registro de preços** conforme disposto no art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e no art. 11 da Lei Federal nº 10.520/02 e, nos termos do Decreto Municipal que regulamenta os procedimentos de registro de preços no âmbito do Município de Japonvar, o qual foi elaborado em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13, decreto este que regulamenta o sistema de registro de preços no âmbito da União, objetivando a futura e eventual **“aquisição de materiais elétricos e hidráulicos”** para atender a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, conforme detalhado no anexo I - termo de referência, objeto do Processo Licitatório nº 126/2023 – Pregão Presencial nº 040/2023, conforme descrito no item 03 (três), do tipo **“menor preço”**, tendo como critério de julgamento por **“preço unitário”**, a ser regida pela Lei Federal nº 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/93 e alterações, com aplicação do disposto no Decreto Municipal, que dispõe sobre pregão no âmbito municipal, o qual foi elaborado em observância ao disposto no Decreto Federal nº 3.555/00, que regulamenta os procedimentos de pregão no âmbito da União, onde considerando que os decretos federais encontram-se publicados na web, será citado alguns dos seus dispositivos, o que facilita ao acesso da regulamentação, pelos proponentes licitantes, “licitação esta, destinada, exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do disposto no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/06”, com aplicação ainda o disposto no art. 43 da supracitada lei complementar, de acordo ainda com as avenças descritas no anexo II - minuta da ata de registro de preços, instrumentos estes que fazem parte integrante, no que couber, do presente instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, em observância ao teor da justificativa, cujos envelopes contendo a “Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação” deverão serem entregues na data, local e horário descrito no item 1 (um).

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de fornecimento de materiais elétricos e hidráulicos, sendo que os mesmos são imprescindíveis ao desenvolvimento satisfatório das atividades das secretarias deste Município, uma vez que constantemente surge a necessidade de manutenção de imóveis públicos, praças, vias e demais órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Japonvar/MG, conforme detalhado no Termo de Referência, em atendimento à Solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

SUMÁRIO

- 01 – Local e prazo para entrega dos envelopes
- 02 – Sessão pública
- 03 – Objeto
- 04 – Condições para participação
- 05 – Impugnação ao instrumento convocatório/edital
- 06 – Procedimentos de credenciamento
- 07 – Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/edital – anexo IV
- 08 – Forma de apresentação dos envelopes contendo proposta e documentação habilitação
- 09 – Elaboração da proposta de preço
- 10 – Apresentação da documentação de habilitação
- 11 – Julgamento e adjudicação do objeto
- 12 – Recursos administrativos
- 13 – Parecer jurídico final, homologação, publicação do resultado convocação da licitante
- 14 – Vigência da ata de registro de preços e da adesão/carona



- 15 – Síntese da minuta da ata de registro de preços e do contrato administrativo
- 16 - Sanções administrativas
- 17 - Dotação orçamentária
- 18 – Pagamento das despesas efetivamente contraídas
- 19 – Obrigações das partes
- 20 – Realinhamento de preços
- 21 - Rescisão
- 22 – Fiscalização
- 23 – Novação
- 24 – Alteração de quantitativos
- 25 – Revogação e anulação da licitação
- 26 – Casos omissos
- 27– Disposições finais
- 28 – Publicação dos atos administrativos decorrentes
- 29 – Foro

ANEXOS

- Anexo I - Termo de Referência.
- Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços
- Anexo III - Minuta do Contrato Administrativo.
- Anexo IVI – Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/ edital e seus anexos
- Anexo V – Declaração do cumprimento do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, em observância aos ditames do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- Anexo I - Declaração de inexistência de inidoneidade para contratar com a Administração Pública.

MODELOS

- 01 - Carta de credenciamento
- 02 – Proposta de preços

1. LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DOS ENVELOPES

1.1. LOCAL: **Rua Curitiba, nº 112- Centro – Japonvar (MG) – Departamento de Licitações.**

1.2 - DATA: **Até o dia 18/12/2023**

1.3 - HORÁRIO: **Até as 08h00min**

2. SESSÃO PÚBLICA

2.1 - LOCAL: **Rua Curitiba, nº 112- Centro – Japonvar – Departamento de Licitações.**

2.2 - DATA: **Dia 18/12/2023**

2.3 - HORÁRIO: **às 08h05m**

2.4 A sessão de processamento do presente Pregão Presencial será realizada na sala de reunião do Departamento de Licitações, situada no prédio onde funciona sede administrativa do Município, Rua Curitiba nº 112 – Centro - Japonvar (MG), iniciando-se no dia e horário constante do item 2 – sessão pública e, será conduzida pelo Pregoeiro Oficial do Município, Sr. Rodrigo Pinto dos Reis, devidamente habilitado e credenciado, através da Portaria nº 041, 02 de outubro de 2023, com o auxílio da Equipe de Apoio, todos servidores do



Município.

2.5. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data e horário mencionados no subitem 1.2, a presente licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

3. OBJETO

3.1 Constitui objeto da presente licitação, na seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de Registro de preços, objetivando a futura e eventual aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, estimando um valor global de **R\$ 298.653,38 (Duzentos e noventa e oito mil seiscientos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos)**.

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A presente licitação destina-se a participação exclusiva de microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada, tendo em vista que o valor de cada item elencado no anexo I – termo de referência, encontra-se dentro do limite prudencial do inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, vejamos o que descreve os ditames dos supracitado dispositivo:

Art. 48. (...omissis...), a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

4.2. Não será admitida a participação da presente licitação:

4.2.1 Pessoa jurídica cujos diretores, gerentes, sócios e responsáveis técnicos sejam servidores do Município de Japonvar/MG, Pregoeiro ou membro da equipe de apoio, bem como membro efetivo ou substituto da comissão permanente de licitação;

4.2.2 pessoa jurídica que estejam incurso em regime de falência ou concordata, ou que incida em proibição legal de contratar com a Administração Pública em geral.

4.2.3 pessoa jurídica que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.4 A participação na licitação implica automaticamente na aceitação integral e irretratável dos termos e conteúdo deste instrumento convocatório/edital e seus anexos, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

4.5 Não será permitida a participação de microempresa e empresa de pequeno porte, reunidas em consórcio, uma vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, o que não é o caso, diante disto como o presente Edital foi elaborado com foco no dia a dia da Administração, ademais a aceitação de consórcios na disputa licitatória situa-se no âmbito do poder discricionário da administração contratante, conforme art. 33, caput, da Lei n. 8.666/1993. Vide entendimento dos Acórdãos de nºs. 1.636/2006-P e 566/2006-P” - TCU.



5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/EDITAL

5.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este ato convocatório/edital, onde, preferencialmente o instrumento deverá ser protocolado junto ao Departamento de Licitações, localizado na Rua Curitiba, nº 112 – Centro – Japonvar/MG, onde optando pelo envio do instrumento de impugnação via e-mail japonvarlicitacao@gmail.com o mesmo deverá conter assinatura digital e, elaborado na forma da lei, sob pena de recebimento e, não consideração, onde estando regular, caberá à Pregoeiro Oficial do Município decidir sobre o requerimento no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e, será objeto de publicação no site oficial do município www.japonvar.mg.gov.br.

5.2. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório/edital, será designada nova data para a realização do certame;

5.3 A impugnação feita tempestivamente pelo proponente licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, desde que após a apreciação da impugnação o processo siga seus tramites normais.

6. CREDENCIAMENTO E REPRESENTAÇÃO

6.1 A Lei federal nº 10.520/02, não traz no seu bojo a obrigação do licitante estar presente no ato do desfecho do certame, diante disto o mesmo poderá enviar os envelopes, sem constituir representante, valendo como lance final o valor consignado na sua proposta, onde neste caso a mesma não gozará dos benefícios de interpor recurso dada as condições obrigatórias do inciso XX do art. 4º da supra citada lei.

6.2 Estando presente como representante da licitante sócio ou diretor, o mesmo deverá apresentar para fins de credenciamento cópia do estatuto social, ou contrato social ou outro instrumento de registro comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, devendo apresentar ainda cópia da sua identidade civil com foto.

6.3 Constituindo representante o mesmo deverá se apresentar, para procedimentos de credenciamento junto o Pregoeiro Oficial do Município, munido dos documentos que o credencie (carta de credenciamento ou procuração), a participar do desfecho do certame, com poderes inclusive para formulação de ofertas de lances verbais, acompanhado de documento de identidade civil com foto.

6.4 No caso de cópias de documentação, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião ou pelo Pregoeiro Oficial do Município ou por membro da sua equipe de apoio, mediante apresentação dos originais para conferência, no ato da verificação da documentação habilitação.

6.5 - Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma proponente licitante

6.6 Cada proponente licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder por todos os atos e efeitos previstos neste instrumento convocatório/edital, por sua representada;

7. DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DITAMES DO INSTRUMENTO CONVOCATORIO/EDITAL E SEUS ANEXOS E DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTO PARA GOZAR DOS BENEFICIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

7.1 **Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/edital e seus anexos**, objeto do Anexo IV, em atendimento ao disposto no art. 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520/02, esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e enfeixada no envelope 02 (dois), sob pena de desqualificação/inabilitação da proponente licitante.

7.2 **Declaração de inexistência de impedimento de gozar dos benefícios da lei 123/06**, objeto do Anexo VII, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e enfeixada no envelope 02 (dois), sob pena de perda dos benefícios da



supracitada Lei Complementar.

8. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES CONTENDO PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1 O envelope contendo a proposta de preços, preferencialmente deverá ser apresentado na cor palha e deverá indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

| |
|--|
| <p>À PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPONVAR ATT. PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 126/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 040/2023 (NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)</p> |
|--|

8.2 O envelope contendo a documentação habilitação, preferencialmente deverá ser na cor palha e deverá indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

| |
|--|
| <p>À PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPONVAR ATT. PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICÍPIO ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO/HABILITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 126/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 040/2023 (NOME DO PROPONENTE/LICITANTE)</p> |
|--|

9. ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS DE PREÇOS

9.1 A proponente licitante deverá elaborar sua proposta de preços, descrevendo minuciosamente os itens e os insumos ofertados, mencionando no que couber a marca do produto e, se possível em papel timbrado com a identificação da proponente licitante, incluindo telefone e e-mail.

9.2 A Proposta Comercial de Preços deverá ser cotada em moeda nacional, elaborada em língua portuguesa, datilografada, devendo constar o preço unitário de cada item, o valor total do respectivo item cotado com um número máximo de 02 (duas) casas decimais após a vírgula, devendo ainda constar da proposta de preço, o valor global descrito em algarismo e por extenso, proposta esta que deverá ser apresentada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas e, deverá ser data e devidamente assinada pelo signatário da proponente licitante, sob pena de desclassificação da citada proposta.

9.3. Deverá constar na proposta comercial de preços a data da sua emissão, a expressão de que a mesma tem validade pelo prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sua emissão, conforme prescreve o art. 6º da lei 10.520/2002, bem como a expressão de que caso seja declarado vencedor, se compromete a assinar o instrumento contratual, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da notificação formal expedida pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

9.4 Deve constar ainda no dorso da proposta de preços a confirmação de que nos preços estão inclusos todas as despesas diretas e indiretas, tais como encargos sociais e trabalhistas e demais custos que se fizerem necessários, onde a omissão desta confirmação não será objeto de desclassificação da proposta, tendo em vista a emissão e assinatura do signatário da declaração de conhecimento dos ditames do edital e seus anexos, nos termos do anexo IV.

9.5. As licitantes participantes deverão apresentar juntamente com o envelope Proposta de Preços, a planilha do Sistema de Coleta de Preços devidamente preenchida com os valores e as marcas da mercadoria ofertada, gravada em PEN-DRIVE para lançamento no SOFTWARE.

9.6 O link do Software para Coleta Eletrônica será encaminhado juntamente com o edital e disponível também no site oficial do município www.japonvar.mg.gov.br.

10. APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

10.1 O instrumento convocatório em epigrafe, faz lei entre as partes, para tanto a proponente licitante, deverá além do disposto no inciso XIII do art. 4º da lei 10.520/02, o disposto nos artigos (28 a 31) da lei 8.666/93 e apresentar os documentos abaixo perquiridos, devidamente regularizados, em sob pena de inabilitação.

10.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA – (Art. 28):

10.2.1 Registro Comercial no caso de empresa individual;

10.2.2 Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades pôr ações, acompanhado de documentos de eleição dos membros da Diretoria;

10.2.3 Inscrição do Ato Constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;

10.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL – (Art. 29):

10.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

10.2.2 Certidão Negativa ou Positiva de Efeito Negativa, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União; que abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, emitida pela Receita Federal do Brasil;

10.2.3 Certificado de Regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de (FGTS);

10.2.4 Certidão negativa de débitos para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do Licitante.

10.2.5 Certidão negativa de débitos para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do Licitante.

10.2.6 Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT).

10.3. DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-(Art. 30):

10.3.1 Atestado e ou declaração fornecida por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando o fornecimento de objeto igual ou semelhante ao da presente licitação, conforme dispõe o inciso II do art. 30 da Lei 8.666/93.

10.4. DOCUMENTAÇÃO QUALIFICAÇÃO ECONOMICA E FINANCEIRA (Art. 31)

10.4.1 Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede ou domicílio da proponente licitante, emitida com data de no máximo 90 (noventa) dias a contar da data da sua emissão.



10.5. DECLARAÇÕES DIVERSAS

10.5.1 **Declaração do conhecimento do ditame do instrumento licitatório e seus anexos**, conforme modelo do Anexo IV, constituindo representante esta declaração deverá ser entregue diretamente ao Pregoeiro Oficial do Município, no ato do credenciamento, não constituindo representante esta declaração deverá ser anexada junto com a proposta de preços, e enfeixada no envelope 01, sob pena de impedimento para participar na licitação.

10.5.2 **Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**, conforme modelo do Anexo V; devendo esta declaração ser anexada junto com a documentação de habilitação envelope nº 02 (dois), sob pena de inabilitação.

10.5.3 **Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo para participação em licitação junto a Administração Pública**, conforme anexo VI. Esta declaração deverá ser anexada também junto com a documentação de habilitação e colocada dentro do envelope nº 02 (dois), sob pena de inabilitação.

10.5.4 **Declaração de inexistência de impedimento de gozar dos benefícios do art. 43, da Lei Complementar nº 123/06**, em atendimento ao disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, modelo do anexo VII, esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação sob pena de perda dos benefícios do art. 43 da supracitada lei complementar

Observação:

1. Com exceção de certidões que permitem ser verificadas sua autenticidade via internet, toda documentação que for apresentada em sistema de cópia xérox a mesma deverá ser autêntica em cartório ou pelo servidor do setor de licitações, onde neste último caso é necessário apresentar o documento em original acompanhado de cópia xérox, para providências decorrentes por parte do Pregoeiro Oficial do Município.
2. A não apresentação de qualquer documento exigido para a habilitação implicará na inabilitação do proponente licitante.
3. É facultada aos proponentes licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste edital, pelo comprovante de registro cadastral (CRC) para participar de licitações junto à Administração Direta do Município de Japonvar/MG, no ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação, o qual deverá ser apresentado acompanhado das certidões relacionados no subitem conexos do subitem 10.2 e a certidão perquirida no subitem conexo do subitem 10.4, bem como as declarações perquirida no subitem 10.5.2 e 10.5.3.

11. PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

11.1 No dia, hora e local designados no instrumento convocatório/edital, será realizada sessão pública para recebimento do envelope nº 01, contendo propostas de preços bem como recebimento do envelope nº 02 contendo a documentação de habilitação, ambos hermeticamente fechados, os quais serão entregues ao Pregoeiro Oficial do Município quando este os requisitar, onde estando presente o interessado (signatário da empresa) ou seu representante legal o mesmo deverá proceder seu respectivo credenciamento, comprovando, possuir os necessários poderes para propositura de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao desfecho do certame;

11.2 Aberta a sessão, após os procedimentos de eventuais credenciamentos, os representantes legais entregarão ao Pregoeiro Oficial do Município, declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação (modelo no anexo IV), conforme estabelece o inciso VII do art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, bem como entregarão a declaração de que não há impedimento para gozo dos benefícios da Lei Complementar nº 123/06 (modelo do anexo VII) e, em seguida entregarão os envelopes 01 contendo proposta de preços e os envelopes 02.



11.3 O Pregoeiro procederá à abertura dos envelopes “01” contendo as propostas de preços, que deverão ser rubricadas por ele e membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no instrumento convocatório/edital, e classificará as propostas dos licitantes de menor preço unitário do item em julgamento e aquelas que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço unitário, conforme detalhado no anexo I – termo de referência;

11.4 Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que os representantes das licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas escritas;

11.5 No curso da seção, o autor da oferta de menor valor unitário do item em julgamento, e os das ofertas com preços conforme estabelecido nos critérios do item 11.3 e em observância ao detalhado no subitem 11.4, as proponentes licitantes serão convocadas pelo Pregoeiro Oficial do Município, para os procedimentos de propositura de lances;

11.6 Uma vez concluída a fase de ordenação das propostas dar-se-á início à etapa de apresentação de lances verbais pelos representantes das licitantes classificadas que deverão ofertar lances de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, onde a oferta de lances, serão feitos para o valor unitário, conforme detalhado no anexo I – Termo de Referência/especificações técnica, até o encerramento do julgamento deste, conforme estabelece dos ditames legais da Lei Federal nº 10.520/02.

11.7 A desistência do representante da proponente licitante em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro Oficial do Município, implicará no impedimento de gozar do direito de vir a ofertar novo lance, porem será assegurada a este a manutenção do último preço por ele ofertado no ato da desistência da propositura de novo lance, para efeito de ordenação das propostas.

11.8 Não poderá haver desistência da manutenção de valores objeto de lances já ofertados, sujeitando-se a empresa proponente licitante, desistente, às penalidades previstas neste instrumento convocatório/edital, conforme estabelece os ditames legais.

11.9 Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor unitário estimado para a contratação, conforme estabelecido no quadro do anexo I – Termo de Referência;

11.10 Uma vez concluída a fase de propositura de lance verbais para o objeto desta licitação, conforme detalhado no anexo I – Termo de Referência e diante de análise documental e se constado que todos licitantes foram inabilitados nesta fase, o licitante desistente de ofertar novos lances, gozará do direito de ver avaliação da documentação por este apresentado, porem antes da abertura do envelope contendo a documentação, faculta-se o Pregoeiro Oficial as prerrogativas de negociar com este a viabilidade de redução do valor unitário até o menor valor conhecido e que foi objeto de definição do licitante vencedor na fase de lance, e caso não seja logrado êxito pelo Pregoeiro Oficial do Município, dada a resistência do representante da proponente licitante, a adjudicação do objeto só será efetivada se constatado que o valor ofertado está dentro dos valores praticados no mercado, conforme previsto no termo de referência e que foi objeto de ordenação da despesa pela Autoridade Máxima Municipal.

11.11 Na ocorrência da não concordância na redução dos valores conforme prescrito no subitem 11.10, faculta-se ainda o Pregoeiro Oficial do Município em busca de economicidade ao Erário, as prerrogativas de encerrar o certame, objeto de julgamento fracassada a licitação, e declinar pela abertura de novo processo licitatório, circunstanciando tudo em ata.

11.12. Não poderá haver desistência da manutenção de valores objeto de lances já ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas neste instrumento convocatório/edital, em conformidade com os ditames legais.



11.13. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro Oficial do Município, implicará no impedimento do representante da proponente licitante da etapa de lances verbais no item em julgamento porém será assegurada a este a manutenção do último preço por ele ofertado no ato da desistência de novo lance para efeito de ordenação das propostas, porém não implicará na exclusão do certame dado o julgamento dos demais itens.

11.13.1. uma vez concluída a finalização da propositura de lance para o fornecimento de todos os itens previstos no anexo I – termo de referência, e diante de análise documental e se constatado que todos licitantes foram inabilitados nesta fase o licitante desistente de ofertar novos lances, gozará do direito de ver avaliação da documentação por este apresentado, porém antes da abertura do envelope contendo a documentação, faculta-se o Pregoeiro Oficial as prerrogativas de negociar com este a viabilidade de redução do valor conhecido e que foi objeto de definição do licitante vencedor na fase de lance;

11.13.2. na ocorrência da não concordância na redução dos valores conforme prescrito no subitem 11.13.1, faculta-se ainda o Pregoeiro em busca de economicidade ao Erário, as prerrogativas de encerrar o certame objeto de julgamento fracassada a licitação, e declinar pela abertura de novo processo licitatório.

11.14. Caso não se realize lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário proposto pela proponente licitante e confrontado o valor com o proposto pelo Município para a futura contratação, facultando o Pregoeiro Oficial em busca de economicidade ao Erário, a prerrogativa de negociar diretamente com o representante da proponente licitante para que seja obtido preço melhor, circunstanciando tudo em ata.

11.15. O encerramento da etapa de propositura de novos lances dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro Oficial, os representantes das proponentes licitantes, manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances, circunstanciando tudo em ata.

11.16. No caso de equivalência de valores registrado na proposta apresentados pelos proponentes licitantes será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresenta melhor oferta de lances.

11.17. Uma vez encerrada a etapa competitiva de propositura de lances o Pregoeiro Oficial do Município, verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-o com os valores consignados no termo de referência elaborado pela secretaria requisitante onde está identifica o valor máximo que o Município poderá contratar pagar pela futura aquisição, desde que a proposta tenha sido formulada em conformidade com as especificações do presente instrumento convocatório/edital, decidindo, motivadamente a respeito.

11.18. Será declarada vencedora na fase de propositura de lances, pelo Pregoeiro Oficial do Município, a proponente licitante que ao final da propositura de lances verbais, de cada item, ofertar o menor preço por item, observado qual seja a previsibilidade descrita no subitem 11.17.

11.19. O Pregoeiro Oficial do Município, no uso de suas atribuições prescritas nas legislações pertinentes poderá desclassificar a Proponente Licitante que:

11.19.1. Apresentar proposta de preços que não atender às exigências deste edital.

11.19.2. Apresentar proposta de preço do respectivo item em julgamento, com valor excessivo ou manifestamente inexequível.

11.19.3. Não serão motivos de desclassificação simples omissões irrelevantes para o entendimento da proposta, que não causem prejuízo à administração ou lesem direitos dos demais licitantes, devidamente reconhecidos pelo Pregoeiro Oficial do Município.

11.20. Da sessão pública da presente licitação será lavrada na ata de registro de ocorrência, contendo, sem prejuízo de outros, o registro das licitantes credenciadas, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem



de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e das intenções de interposição de recursos.

11.21. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo toda e qualquer informação, acerca do objeto, ser esclarecida previamente junto o Pregoeiro Oficial do Município.

11.22. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

11.23 Sendo aceitável a proposta de menor preço unitário para a prestação dos objeto da presente licitação, o Pregoeiro Oficial do Município certificará aos presentes, o nome da proponente licitante vencedora da fase de lances, circunstanciando tudo em ata e certificará que será dado o início da abertura do envelope contendo a documentação de habilitação da proponente licitante que ofertara o menor preço.

11.24. As proponentes licitantes deverão apresentar toda a documentação preferencialmente no original e quando não houver possibilidade as cópias deverão ser legíveis, preferencialmente autenticadas em cartório competente e na falta desta condição, a autenticação poderá ser feita pelo Pregoeiro Oficial do Município no ato da abertura do certame e neste último caso a proponente licitante deverá apresentar documentação original acompanhada de cópia xérox legível, sob pena de não aceitação.

11.25. Todos os documentos deverão ter vigência mínima a data da realização da abertura dos envelopes, conforme previsto no item 01 (um) deste instrumento; onde inexistindo a vigência de prazo, em algum documento, reputar-se-ão válidos por 180 (cento e oitenta) dias, contados de sua expedição.

11.26 Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste instrumento convocatório/edital, será inabilitado, e o Pregoeiro Oficial do Município examinará as ofertas subsequentes e procederá à habilitação do licitante seguinte na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao instrumento convocatório/edital, para declarar o licitante vencedor.

11.27. Uma vez constatado que a proponente licitante que ofertara menor preço apresentou toda a documentação perquirida no instrumento convocatório, com regularidade esta será declarada vencedora do certame sendo adjudicado pelo Pregoeiro Oficial do Município o item correspondente que será objeto da futura contratação.

11.28. A Proponente Licitante declarada vencedora deverá apresentar, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, após o encerramento do certame nova proposta detalhando os novos preços adjudicados pós término da fase da proposição de lances.

11.29. É facultado o Pregoeiro Oficial do Município com o auxílio da equipe de apoio, o direito de promover quaisquer diligências, ou solicitar esclarecimentos necessários à instrução do presente processo licitatório, vedado a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar originalmente da proposta, conforme prescreve o art. 43 § 3º da Lei Federal nº: 8.666/93.

11.30. Encerrada a sessão de julgamento do certame e antes da finalização da ata o Pregoeiro Oficial do Município, certificará aos presentes que aquele é o momento findo para manifestar interesse na interposição de recurso, sob pena de decair do direito, devendo o interessado apresentar os memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil da data do julgamento do certame.

12 RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Desde que registrado em ata a intenção de interpor recurso, o representante de Proponente Licitantes interessada na interposição de recurso, será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis a contar do primeiro dia útil da data do julgamento do certame, para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, qual seja 03 (três) dias úteis, que começarão a correr no primeiro dia útil do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata



dos autos;

12.2. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, devidamente registrada em ata importará a decadência do direito de recurso, conforme prescreve o inciso XX do art. 4º da Lei 10.520/02.

12.3. As razões recusas e as contrarrazões, deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal de Japonvar/MG, em atenção do Pregoeiro Oficial do Município, o qual reavaliará sua decisão à luz do direito, perquirindo o princípio da legalidade, decidindo motivadamente a respeito, dentro do prazo legal.

12.4. Preferencialmente os instrumentos deverão ser protocolados, junto ao Departamento de Licitações – Rua Curitiba nº 112 – Centro – Japonvar/MG, onde optando pelo envio através do e-mail japonvarlicitacao@gmail.com o instrumento deverá constar assinatura digital do signatário, sob pena do recebimento e não reconhecimento do instrumento.

12.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decididos os recursos, o Pregoeiro Oficial do Município remeterá os autos à Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos do Município, para o devido parecer jurídico inerente a questão, e após o feito os autos serão encaminhados à Autoridade Máxima Municipal para fins exarcação do Despacho de Adjudicação conforme prescreve o inciso XXI do art. 4º da Lei 10.520/02.

13 PARECER JURÍDICO FINAL, HOMOLOGAÇÃO, PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DO DESFECHO DA LICITAÇÃO, SEGUIDA DA CONVOCAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA PARA ASSINAR O INSTRUMENTO CONTRATUAL

13.1. Pautando pela homologação dos atos do Pregoeiro oficial do Município, o processo será encaminhado à Assessoria e Consultoria Jurídica do Município, objetivando a emissão do parecer jurídico final e, após o feito, o resultado do julgamento será submetido à Autoridade Máxima Municipal, para o devido Despacho de homologação conforme prescreve o art. 4º inciso XXII da Lei Federal nº 10.520/02.

13.2 Na ocorrência do desfecho de eventual recurso dar-se-á a adjudicação do objeto pela Autoridade Máxima Municipal e após dar-se-á a homologação e em seguida dar-se-á a publicação do resultado do certame licitatório.

13.3 a proponente licitante vencedora será convidada, formalmente, a retirar o instrumento contratual e a restituí-lo devidamente assinado pelo representante legal, consoante estabelecido em seus atos constitutivos, observado para esse efeito o prazo de 05 (cinco) dias úteis;

13.3 É facultado a Administração, quando convocada a Adjudicatária vencedora e esta não comparecer no prazo estipulado no subitem anterior, convocar a proponente licitante remanescentes, na ordem de classificação, não se aplicando a estes as sanções previstas neste instrumento convocatório/edital e no anexo II Ata de Registro de Preços.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. A licitante vencedora denominada “Adjudicatária”, que for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta de preços e que se recusar injustificadamente a retirar e a devolver o contrato administrativo devidamente assinado no prazo de 05 (cinco) dias, não manter a proposta, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sujeitar-se-á em multa pecuniária no percentual de 5% (cinco por cento) a ser aplicado sobre o valor da sua proposta total de preços, sujeitando-se ainda nas demais penalidades descritas no anexo II - minuta da ata de registro de preços, em conformidade com o que prescreve a Lei 8.666/93, onde no caso será garantido contraditório e a ampla defesa, nos termos da lei.

14.2. Uma vez assinada a ata de registro de preços e, na hipótese de descumprimento por parte da adjudicatária das suas obrigações avençadas, ou de infringências de preceitos legais pertinentes, serão a ela aplicada,



segundo a gravidade da falta cometida, as sanções estabelecidas no anexo II – minuta do contrato administrativo, tudo isto em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93, com aplicação no que couber o disposto na Lei Federal nº 10.520/02.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1 As despesas objeto da presente licitação serão suportadas pelas seguintes dotações orçamentárias:

03.01.01.04.122.0002.2019 – 3.3.90.30.00 Ficha: 116
04.01.01.12.122.0002.2038 – 3.3.90.30.00 Ficha: 264
04.01.02.12.361.0020.2044 – 3.3.90.30.00 Ficha: 320
06.02.01.10.301.0014.2066 – 3.3.90.30.00 Ficha: 778
06.02.02.10.304.0016.2072 - 3.3.90.30.00 Ficha: 829
07.02.02.08.244.0009.2099 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1178
07.02.01.08.122.0008.2087 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1018
08.01.01.15.452.0029.2114 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1339
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1515
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1567

15.2 A dotação orçamentária identificada acima, destina apenas para alimentação do sistema do SICOM e para o Exercício futuro será informada a nova rubrica orçamentária através de apostilamento em conformidade com os ditames do §º do art. 65 da Lei 8.666/93.

15.3 Conforme estabelece o art. Art. 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, desobriga quanto a sua identificação, senão vejamos:

Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da [Lei nº 8.666, de 1993](#), ou na modalidade de pregão, nos termos da [Lei nº 10.520, de 2002](#), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

(.....)

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

16. DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

16.1 Da minuta da ata de registro de preços

16.1.1 A Ata de Registro de Preços – Anexo II é um instrumento que serve de base para futuras e eventuais contratações, no entanto é um instrumento pactuado entre as partes e assemelha em parte ao contrato administrativo, onde constam as respectivas obrigações e as penalidades aplicáveis por descumprimento da obrigação.

16.1.2 A Ata de Registro de Preços terá a vigência improrrogável de 12 (doze) meses a contar da data da sua emissão, conforme estabelece o art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

16.1.3 As solicitações dos serviços objeto desta licitação devidamente registrados na “Ata de Registro de Preços”, será precedida de ordem de serviço específica e nota de empenho, ficando estabelecido entre as partes que estes instrumentos resguardam todos os direitos e obrigações, independentemente da não transcrição.



16.1.4 Aplica-se na Ata de Registro de Preços as prerrogativas do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

16.2 Da minuta Do Contrato Administrativo

16.2.1 Conforme estabelece art. 62 § 1º da Lei 8.666/93, a minuta do contrato administrativo faz parte integrante do instrumento convocatório/edital, facultando a Administração na sua celebração em observância ao descrito no caput do artigo em referência.

16.2.2 O Contrato Administrativo poderá ser substituído por (nota de empenho acompanhada da respectiva autorização de fornecimento) a critério exclusivo da Administração, independentemente de seu valor, em observância ao disposto no art. 62 § 4º da Lei 8.666/93.

17. ORDEM DE FORNECIMENTO, EMISSÃO DA NOTA FISCAL E PAGAMENTO

17.1A Adjudicatária de posse da autorização de fornecimento deverá realizar a entrega dos objetos, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data da supracitada ordem, onde não será admitido o fornecimento dos objetos em desconformidade com a ordem de fornecimento.

17.2 A Adjudicatária deverá emitir a nota fiscal contra o Município de Japonvar-MG, descrevendo no dorso da mesma o número do processo licitatório, do pregão presencial e se possível o número da ata de registro de preços, bem como lançar no dorso da mesma o número da conta bancária.

17.3 O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município, através (TED) em nome da futura contratada, o prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da nota fiscal, acompanhada da respectiva autorização de fornecimento, onde a futura contratada deverá entregar os objetos em estrita conformidade com o detalhado na autorização de fornecimento emitida pelo departamento de compras do Município de Japonvar/MG.

17.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

- $I = (TX/100)$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

18. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

18.1 Da Administração



18.1.1 As obrigações da Administração, encontram-se descritas no Anexo I – Termo de Referência e ratificadas no anexo II – minuta da ata de registro de preços, instrumentos estes que fazem parte deste instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito.

18.2 Da Adjudicatária

18.2.1 As obrigações da Adjudicatária, encontram-se descritas no Anexo I – Termo de Referência e ratificadas no Anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços, instrumentos estes que fazem parte deste instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito.

19. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

19.1 Em observância ao interesse público em decorrência de fato superveniente que venha a requerer comprovadamente a necessidade de estudos pautados pelo realinhamento dos preços, será aplicado os procedimentos detalhados no item 3 (três) do anexo I - termo de referência, com aplicação no que couber ao descrito no anexo II – minuta da ata de registro de preços.

20. RESCISÃO

20.1. O instrumento contratual a ser firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

20.2. Na hipótese de ocorrer à rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, ao Contratante são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

21. FISCALIZAÇÃO

21.1. A fiscalização por parte da Administração através servidor constituído para acompanhar a execução do contrato administrativo, não reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios inexistindo em qualquer circunstância, a corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

22. NOVAÇÃO

22.1. Toda e qualquer tolerância por parte do Contratante na exigência do cumprimento das avenças do futuro contrato administrativo, não constituirá novação, nem muito menos a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesmo ser exigida a qualquer tempo.

23. ALTERAÇÃO DE QUANTITATIVOS

23.1. Nos termos do disposto no art. 12 do Decreto Federal nº 7.892/13, veda-se aumento de quantitativos onde, será permitido somente supressão dos quantitativos registrados na ata de registro de preços, obedecido o percentual descrito no art. 65 § 1º da Lei 8.666/93.

24. REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO

24.1. A Autoridade Máxima Municipal, observadas razões de conveniência e oportunidade devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento, ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade mediante despacho fundamentado.

24.2. A anulação do procedimento convocatório/edital vincula à do instrumento contratual (ata de registro de preços).



25. CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos, serão resolvidos em observância à supremacia do interesse público e nos termos da lei federal nº 8.666/93.

26. DISPOSIÇÕES FINAIS

26.1. A participação na licitação importa em total, irrestrita e irretroatável submissão das proponentes licitantes às condições deste instrumento convocatório/edital e seus anexos.

26.2. A proponente licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

26.3. Reserva-se o Pregoeiro Oficial do Município, o direito de solicitar durante o julgamento do certame informações complementares.

26.4. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

26.4.1. Adiada a data da abertura desta licitação.

26.4.2. Alterada as condições do presente edital com fixação de novo prazo para a sua realização.

26.5. Não se permitirá a qualquer das proponentes licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.

26.6. As normas que disciplinam este Pregão Presencial serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

27. PÚBLICAÇÕES DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

27.1. Com exceção do extrato do contrato administrativo que será publicado no Diário de Imprensa Oficial do Estado e quadro de aviso localizado no hall de entrada do prédio onde funciona a Prefeitura Municipal de Japonvar-MG, demais atos administrativos, dentre eles (cópia da ata, termo de adjudicação, termo de homologação e resultado do processo), serão publicados somente no quadro de aviso da Prefeitura conforme prescreve a lei municipal que cuida da matéria, bem como será veiculado no site oficial do Município www.japonvar.mg.gov.br.

28. FORO

28.1 Fica eleito o foro da Comarca de Brasília de Minas(MG), para dirimir qualquer dúvida ou conflito acerca do presente instrumento convocatório/edital, sob-renuncia de qualquer outra por melhor condições que venha oferecer.

Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a este Instrumento serão prestados pelo setor Licitação através e-mail japonvarlicitacao@gmail.com onde pautando pelo princípio da transparência e do princípio da isonomia os esclarecimentos serão postados no site oficial do Município www.japonvar.mg.gov.br.

Japonvar (MG), 04 de dezembro de 2023.

Welson Gonçalves da Silva
Prefeito Municipal



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de fornecimento de materiais elétricos e hidráulicos, sendo que os mesmos são imprescindíveis ao desenvolvimento satisfatório das atividades das secretarias deste Município, uma vez que constantemente surge a necessidade de manutenção de imóveis públicos, praças, vias e demais órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Japonvar/MG, conforme detalhado no Termo de Referência, em atendimento à Solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme detalhado neste termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

1 – DA DESCRIÇÃO DOS OBJETOS

1.1 A empresa vencedora deverá fornecer os itens conforme descrito na planilha abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTDE | V.UNIT. | V. TOTAL |
|------|--|------|------|---------|----------|
| 1 | ADAPTADOR DE 20 MM MARROM COM ROSCA EXTERNA. | UNID | 50 | | |
| 2 | ADAPTADOR DE 25 MM MARROM COM ROSCA EXTERNA. | UNID | 50 | | |
| 3 | ADAPTADOR DE 50 MM MARROM COM ROSCA EXTERNA. | UNID | 50 | | |
| 4 | ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'ÁGUA 20MM. | UNID | 30 | | |
| 5 | ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'ÁGUA 25MM. | UNID | 30 | | |
| 6 | ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'ÁGUA 32MM. | UNID | 30 | | |
| 7 | ADAPTADOR FLANGE PARA CAIXA D'ÁGUA 50MM.: | UNID | 30 | | |
| 8 | ADAPTADOR PARA TOMADA (BEJAMIN)NOVO PADRÃO COM 3 ENTRADAS | UNID | 50 | | |
| 9 | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC 175 GRAMAS. | UNID | 100 | | |
| 10 | ADESIVO PLÁSTICO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC RÍGIDO 850 G | UNID | 50 | | |
| 11 | ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO: | UNID | 30 | | |
| 12 | BOIA PARA CAIXA 20MM. | UNID | 20 | | |
| 13 | CABO DUPLEX ALUMÍNIO 10MM | MT | 400 | | |
| 14 | CABO DUPLEX ALUMÍNIO 16 MM | MT | 600 | | |
| 15 | CABO FLEXÍVEL 1,5 MM (RL COM 100 M). | RL | 10 | | |
| 16 | CABO FLEXÍVEL 2,5 MM (RL DE 100 M). | RL | 20 | | |
| 17 | CABO FLEXIVEL DE 4 MM (RL DE 100M) | UNID | 20 | | |
| 18 | CABO FLEXIVEL DE 6MM (RL DE 100M) | UNID | 08 | | |
| 19 | CABO TRIPLEX ALUMÍNIO 10MM | MT | 400 | | |
| 20 | CABO TRIPLEX ALUMÍNIO 16 | MT | 600 | | |
| 21 | CAIXA DE DESCARGA PVC CONTROLADA 9 LITROS, EM POLIETILENO COR BRANCA. | UNID | 50 | | |
| 22 | CAIXA PARA APAGADOR 4X2 | UNID | 100 | | |
| 23 | CAIXA RESERVATÓRIO DE ÁGUA 1000 LITROS POLIETILENO COM TAMPA. | UNID | 20 | | |
| 24 | CAIXA SIFONADA PVC DE 10X10, SISTEMA COMPOSTO POR DUAS CAIXA SIFONADA CAIXA DE GORDURA E CAIXA DE INSPEÇÃO RALOS E COMPLEMENTOS DESTINADOS A INSTALAÇÃO. | UNID | 20 | | |
| 25 | CAIXA SIFONADA PVC DE 15X15, SISTEMA COMPOSTO POR DUAS CAIXA SIFONADA CAIXA DE GORDURA E CAIXA DE INSPEÇÃO | UNID | 20 | | |



| | RALOS E COMPLEMENTOS DESTINADOS A INSTALAÇÃO. | | | | |
|----|---|-------|-----|--|--|
| 26 | CANALETAS SUPERFÍCIE 20 X 12 COM ADESIVO COMPRIMENTO 2 M. | UNID | 50 | | |
| 27 | CANALETAS SUPERFÍCIE 32 X 12 COM ADESIVO COMPRIMENTO 2M.: | UNID | 100 | | |
| 28 | CAP 20MM PVC AGUA (TAMPÃO) | UNID | 10 | | |
| 29 | CAP 25MM PVC AGUA (TAMPÃO) | UNID | 10 | | |
| 30 | CAP 32MM PVC ÁGUA (TAMPÃO) | UNID | 10 | | |
| 31 | CAP 50MM PVC ÁGUA (TAMPÃO) | UNID | 10 | | |
| 32 | CHAVE TESTE FASE ELETRICISTA IDENTIFICADOR CONDUTOR INDUTIVA | UNID. | 05 | | |
| 33 | CHUVEIRO ELÉTRICO 110 VOLTS (QUENTE/MORNO E FRIO) | UNID | 20 | | |
| 34 | CONECTORES DE PERFURAÇÃO PARA O CABO 16MM | UNID | 30 | | |
| 35 | CURVA 90° GRAUS 50 MM MARROM. | UNID | 50 | | |
| 36 | CURVA DE 90° GRAUS ½ MARROM. | UNID | 50 | | |
| 37 | CURVA DE 90° GRAUS ¾ MARROM. | UNID | 50 | | |
| 38 | DISJUNTOR BIPOLAR DE 100 AMPERES | UNID | 05 | | |
| 39 | DISJUNTOR BIPOLAR DE 40 AMPERES | UNID | 30 | | |
| 40 | DISJUNTOR BIPOLAR DE 63 AMPERES | UNID | 20 | | |
| 41 | DISJUNTOR BIPOLAR DE 70 AMPERES | UNID | 20 | | |
| 42 | DISJUNTOR TRIFÁSICO 63 AMPERES | UNID | 05 | | |
| 43 | DISJUNTOR UNIPOLAR 30 AMPÈRES | UND | 30 | | |
| 44 | DISJUNTOR UNIPOLAR 35 AMPÈRES | UND | 30 | | |
| 45 | DISJUNTOR UNIPOLAR 40 AMPÈRES | UND | 30 | | |
| 46 | DJUNTOR TRIFÁSICO 100 AMPERES | UNID | 05 | | |
| 47 | DJUNTOR TRIFÁSICO 90 AMPERES | UNID | 05 | | |
| 48 | ELETRODUTO CORRUGADO FLEXIVEL 20MM ESPESSURA DE 3MM | MT | 500 | | |
| 49 | ELETRODUTO CORRUGADO FLEXÍVEL 25MM ESPESSURA DE 3MM | MT | 500 | | |
| 50 | ENGATE FLEXÍVEL DE PVC, 40CM. | UNID | 50 | | |
| 51 | ESPUDE PARA VASO SANITÁRIO 2.1/2 BS6: | UNID | 50 | | |
| 52 | FILTRO DE LINHA COM 05 TOMADAS (EXTENSÃO). | UNID | 10 | | |
| 53 | FIO CORDÃO PARALELO 2X2,5MM COR BRANCO (RL100MTS) INMT: | RL | 10 | | |
| 54 | FIO CORDÃO PARALELO 4.0MM COR BRANCO (RL 100MTS) INMT | RL | 10 | | |
| 55 | FITA DE ALTA FUSÃO GRANDE FITA ISOLANTE DE BORRACHA, ALTA FUSÃO, TAMANHO 19 MMX10M, ESPESSURA 0,76MM. COM PELÍCULA PROTETORA. MARCA SCOHT 3M OU SIMILIAR. | UNID | 50 | | |
| 56 | FITA ISOLANTE DE 20 MTS, ANTICHAMA, 18 MMX19MMX20M. COR PRETA. MARCA SCOTH 3M OU SIMILAR | UNID. | 150 | | |
| 57 | FITA VEDA ROSCA GRANDE 18MMX50M | UNID. | 50 | | |
| 58 | GRELHA QUADRADA COM CAIXILHO EM AÇO INOX 15X15. | UNID | 50 | | |
| 59 | INTERRUPTOR C/ TOMADA 10A 250V | UNID | 80 | | |
| 60 | INTERRUPTOR C/ TOMADA 20A 250V | UNID | 50 | | |
| 61 | INTERRUPTOR DE UMA SEÇÃO COM TOMADA E TAMPA. | UNID | 50 | | |
| 62 | INTERRUPTOR DUPLO 10A 250V | UNID | 50 | | |
| 63 | INTERRUPTOR SIMPLES 10A 250V | UNID | 150 | | |
| 64 | INTERRUPTOR TRIPLO 10A 250V | UNID | 50 | | |
| 65 | JOELHO 100MM PARA ESGOTO | UNID | 50 | | |
| 66 | JOELHO 40MM PARA ESGOTO | UNID | 60 | | |
| 67 | JOELHO DE 20 MARROM. | UNID | 100 | | |
| 68 | JOELHO DE 20 MM AZUL. | UNID | 50 | | |
| 69 | JOELHO DE 25 MARROM. | UNID | 100 | | |
| 70 | JOELHO DE 25 MM AZUL. | UNID | 50 | | |
| 71 | JOELHO DE 32 MM AZUL. | UNID | 50 | | |
| 72 | JOELHO DE 32 MM MARROM. | UNID | 50 | | |
| 73 | JOELHO DE 50 MM AZUL. | UNID | 50 | | |



| | | | | | |
|-----|--|------|-----|--|--|
| 74 | JOELHO DE 50MM MARROM. | UNID | 50 | | |
| 75 | JOELHO DE 50 MM PARA ESGOTO. | UNID | 50 | | |
| 76 | JOELHO DE 60 MM AZUL. | UNID | 20 | | |
| 77 | JOELHO DE 60 MM MARROM. | UNID | 20 | | |
| 78 | JOELHO DE 75 MM AZUL. | UNID | 20 | | |
| 79 | JOELHO DE 75 MM MARROM. | UNID | 20 | | |
| 80 | LÂMPADAS DE LED 15W BRANCO FRIO: | UNID | 250 | | |
| 81 | LÂMPADAS DE LED 40W, BASE E27 BRANCO FRIO. | UNID | 50 | | |
| 82 | LUMINÁRIA (PROJETOR) LONGO ALCANCE E40 COM LATERAIS ESTAMPADAS EM ALUMÍNIO, IDEAL PARA ILUMINAR JARDIM, QUADRA ESPORTIVA, PRAÇAS OU QUALQUER ÁREA EXTERNA SUPORTA LÂMPADAS COMPACTA DE ATÉ 85 W DE MERCÚRIO DE 250 A 500 W METÁLICA DE 250 A 400 W DE SÓDIO DE 250 ATÉ 400 E MISTA ATÉ 500 W COM TELA DE PROTEÇÃO, TAMANHO 360X270X160 MM. | UNID | 30 | | |
| 83 | LUVA 20 MM MARROM PVC. | UNID | 100 | | |
| 84 | LUVA 25 MM MARROM PVC. | UNID | 50 | | |
| 85 | LUVA 50 MM MARROM. | UNID | 50 | | |
| 86 | LUVA AZUL COM ROSCA LATÃO DE 25MM: | UNID | 30 | | |
| 87 | LUVA DE 100 MM PARA ESGOTO. | UNID | 30 | | |
| 88 | LUVA DE 20MM MARROM COM ROSCA INTERNA: | UNID | 50 | | |
| 89 | LUVA DE 25MM MARROM COM ROSCA INTERNA: | UNID | 50 | | |
| 90 | LUVA DE 32 MM MARROM PVC. | UNID | 30 | | |
| 91 | LUVA DE 50MM MARROM COM ROSCA INTERNA: | UNID | 50 | | |
| 92 | LUVA DE 60 MM MARROM PVC. | UNID | 20 | | |
| 93 | LUVA DE 75 MM MARROM PVC. | UNID | 10 | | |
| 94 | LUVA LR AZUL C/ ROSCA LATÃO DE 25 COM REDUÇÃO PARA 20: | UNID | 50 | | |
| 95 | PARAFUSO PARA VASO SANITÁRIO 10MM: | UNID | 100 | | |
| 96 | PLAFON COM SOQUETE PARA UMA LÂMPADA. | UNID | 100 | | |
| 97 | PLUG FEMEA ELÉTRICO 10 A. | UNID | 50 | | |
| 98 | PLUG FEMEA ELÉTRICO 20 A. | UNID | 50 | | |
| 99 | PLUG MACHO ELÉTRICO 10 A. | UNID | 50 | | |
| 100 | PLUG MACHO ELÉTRICO 20 A. | UNID | 50 | | |
| 101 | PLUG ROSCÁVEL 1/2 | UNID | 50 | | |
| 102 | QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO SOBRE POR PARA 10 DJUNTORES. | UNID | 05 | | |
| 103 | QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO SOBRE POR PARA 12 DIJUNTORES. | UNID | 05 | | |
| 104 | REATOR PARA LÂMPADA A VAPOR MERCÚRIO 400W 220V | UNID | 30 | | |
| 105 | REDUÇÃO 25X20 PVC AGUA. | UNID | 30 | | |
| 106 | REDUÇÃO 50X20 PVC AGUA. | UNID | 30 | | |
| 107 | REDUÇÃO 50X25 PVC AGUA. | UNID | 30 | | |
| 108 | REDUÇÃO 50X32 PVC AGUA. | UNID | 30 | | |
| 109 | REDUÇÃO 50X40 ESGOTO. | UNID | 30 | | |
| 110 | REFLETOR DE LED DE 100W HOLOFOTE MICROLED SLIM, TENSÃO BIVOLT, BRANCO FRIO - 6500K, EM ALUMÍNIO. | UNID | 30 | | |
| 111 | REFLETOR DE LED DE 200W HOLOFOTE MICROLED SLIM, TENSÃO BIVOLT, BRANCO FRIO - 6500K, EM ALUMÍNIO. | UNID | 30 | | |
| 112 | REFLETOR DE LED DE 300W HOLOFOTE MICROLED SLIM, TENSÃO BIVOLT, BRANCO FRIO - 6500K, EM ALUMÍNIO. | UNID | 30 | | |
| 113 | REGISTRO 20MM PVC AGUA: | UNID | 20 | | |
| 114 | REGISTRO 25 MM GALVANIZADO | UNID | 20 | | |
| 115 | REGISTRO 25MM PVC AGUA. | UNID | 20 | | |
| 116 | REGISTRO 50MM GALVANIZADO. | UNID | 20 | | |
| 117 | REGISTRO 50MM PVC AGUA. | UNID | 50 | | |
| 118 | REGISTRO 60 MM GALVANIZADO. | UNID | 20 | | |
| 119 | REGISTRO 75MM GALVANIZADO | UNID | 20 | | |



| | | | | | |
|-----|--|------|-----|--|--|
| 120 | REGISTRO 75 MM PVC. | UNID | 20 | | |
| 121 | REGISTRO DE 6.0 MM PVC. | UNID | 20 | | |
| 122 | REGISTRO DE PRESSÃO DE 25MM | UNID | 10 | | |
| 123 | RELÉ FOTOELÉTRICO LIGA NOITE /DESLIGA DIA TENSÃO: BIVOLT 127 / 220 VOLTS. SUPORTA: 500 WATTS EM 127 VOLT E 1000 WATTS EM 220 VOLTS LÂMPADA INCANDESCENTE. 160 WATTS EM 127 VOLTS E 320 WATTS EM 220 VOLTS LÂMPADA FLUORESCENTE. FIXAÇÃO: ATRAVÉS DE SUPORTE TIPO "L" HORÁRIO DE ACENDIMENTO: PRÓXIMO 18HS EM DIAS NORMAIS DE LUMINOSIDADE. HORÁRIO DE DESLIGAMENTO: PRÓXIMO DAS 6HS EM DIAS NORMAIS DE LUMINOSIDADE. DIMENSÕES EMBALAGEM: 6 CM ALTURA / 12 CM DE LARGURA / 17 CM DE COMPRIMENTO. PESO: 70 GRAMAS CONTEÚDO DA EMBALAGEM: 01 RELÉ FOTOELÉTRICO, 01 SUPORTE DE FIXAÇÃO TIPO "L" E 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES E INSTALAÇÃO. | UNID | 50 | | |
| 124 | REPARO PARA CAIXA ACOPLADA POSSUI BOTÃO SUPERIOR UNIVERSAL MECANISMO UNIVERSAL PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA, ACOMPANHA TORRE DE ENTRADA E TORRE DE SAÍDA EVITANDO O ACUMULO DE SUJEIRA, RESISTENTE A ALTA PREÇÃO DE AGUA, SISTEMA INTELIGENTE DE REGULAGEM DE ALTURA E QUANTIDADE DE AGUA. | UNID | 30 | | |
| 125 | REPARO PARA VÁLVULA HIDRA 2550 IDEAL PARA VÁLVULA NOS TAMANHOS MEDIDAS 1 ¼" ½". | UNID | 50 | | |
| 126 | SCALP 21G (DESCARPACK) - UNID | UNID | 200 | | |
| 127 | SIFÃO SANFONADO DUPLO ENTRADA PARA 1 ½ E SAÍDA PARA ½ PARA TUBOS E CONEXÕES DE 40 E50 MM. | UNID | 50 | | |
| 128 | SIFÃO SANFONADO ENTRADA PARA 1 ¼ E SAÍDA PARA ½ PARA TUBOS DE CONEXÕES DE 40 E 50MM. | UNID | 100 | | |
| 129 | SOQUETE BASE E40 PORCELANA NA COR BRANCA CONTATO E BORNES LATÃO POSSUI TERMINAIS EM BORN | UNID | 100 | | |
| 130 | TE 20 PVC AGUA: | UNID | 150 | | |
| 131 | TE 25 PVC AGUA | UNID | 150 | | |
| 132 | TE 50 MM PVC AGUA. | UNID | 50 | | |
| 133 | TE 50 REDUZIDO PARA 25 PVC AGUA. | UNID | 50 | | |
| 134 | TE PVC ESGOTO DE 40. | UNID | 50 | | |
| 135 | TE PVC ESGOTO DE 50. | UNID | 50 | | |
| 136 | TOMADAS DE 10 A 03 ENTRADA. | UNID | 150 | | |
| 137 | TOMADAS DE 20 A 03 ENTRADA. | UNID | 80 | | |
| 138 | TOMADAS DUPLA 10A E 20A | UNID | 80 | | |
| 139 | TORNEIRA DE PVC BICA MÓVEL COR BRANCA DE BANCADA OU PAREDE. | UNID | 50 | | |
| 140 | TORNEIRA EM METAL PARA JARDIM. | UNID | 20 | | |
| 141 | TORNEIRA INOX PARA LAVATÓRIO E PIA BICA MÓVEL DE BANCADA OU PAREDE. | UNID | 60 | | |
| 142 | TORNEIRA INOX PARA LAVATÓRIO E PIA DE PAREDE OU BANCADA. | UNID | 50 | | |
| 143 | TORNEIRA PRETA PARA JARDIM COM BICO | UNID | 80 | | |
| 144 | TUBO 100 MM PARA ESGOTO | UNID | 30 | | |
| 145 | TUBO 20 MM PVC AGUA: | UNID | 300 | | |
| 146 | TUBO 25 MM PVC AGUA. | UNID | 300 | | |
| 147 | TUBO 32 MM PVC AGUA. | UNID | 200 | | |
| 148 | TUBO 40 MM PVC PARA ESGOTO. | UNID | 100 | | |
| 149 | TUBO 50 MM PVC PARA ÁGUA. | UNID | 50 | | |
| 150 | TUBO 50 MM PVC PARA ESGOTO. | UNID | 20 | | |
| 151 | TUBO LIGAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO | UNID | 30 | | |
| 152 | TUBO PVC 60 MM PARA AGUA. | UNID | 20 | | |



| | | | | | |
|-----|---|------|-----|--|--|
| 153 | TUBO PVC 75 MM PARA ESGOTO | UNID | 20 | | |
| 154 | TUBO PVC AZUL 20MM PN60 | UNID | 100 | | |
| 155 | TUBO PVC AZUL 25MM PN60 | UNID | 100 | | |
| 156 | TUBO PVC AZUL 32MM PN60 | UNID | 100 | | |
| 157 | TUBO PVC AZUL 50 MM PN80. | UNID | 300 | | |
| 158 | VÁLVULA DE DESCARGA TIPO: HYDRA | UNID | 10 | | |
| 159 | VÁLVULA PARA LAVATÓRIO FABRICADA EM METAL CROMADO DE ALTA QUALIDADE, PORCA DE AP EM METAL CROMADO COM TRAVAMENTO DE SUPERFÍCIE ALTURA 07 CM. | UNID | 50 | | |
| 160 | VÁLVULA PARA PIA AMERICANA INOX POSSUI TAMPA DE VEDAÇÃO EM AÇO INOX, DIÂMT 11 CM, PRODUZIDA EM MATERIAL DE EXCELENTE QUALIDADE, FÁCIL SISTEMA DE MONTAGEM, PERFEITO ACABAMENTO QUE EVITA ACUMULO DE AGUA NA CUBA. | UNID | 30 | | |

2. DA VINCULAÇÃO DAS PARTES

2.1. As partes (Administração Pública e a Proponente Licitante) ficam vinculadas aos termos do instrumento convocatório/edital, do anexo II - minuta da ata de registro de preços, bem como ao teor da Lei Federal nº 10.520/02, no que couber aos termos: da Lei Federal nº 8.666/93, aos termos do Decreto Municipal nº 1.356/10, que regulamenta os procedimentos de pregão no âmbito do Município de Japonvar (MG), o qual foi elaborado em observância ao disposto no Decreto Federal nº 3.555/00, que regulamenta os procedimentos de pregão no âmbito da União, bem como ficam vinculados aos ditames do Decreto Municipal nº 2.020/15, que regulamenta os procedimentos de sistema de registro no âmbito municipal, o qual foi elaborado em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13, as partes ficam vinculadas ainda aos ditames da Lei Municipal nº 1099/14, que regulamenta tratamento diferenciados às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito municipal, a qual foi elaborada em observância aos ditames da Lei Complementar nº 123/06, instrumentos estes que fazem parte integrante do presente termo de referência, para todos os efeitos legais e de direito.

2.2 Considerando que as proponentes licitantes, não tem conhecimento do teor dos decretos municipais supracitados, razão pela a qual, que cita-se dispositivos dos Decretos Federais e da Lei Complementar nº 123/06, para que o licitante tenha conhecimento dos procedimentos, dado que os mesmos encontram-se publicados na Web.

3. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1 A dotação orçamentária para atendimento às despesas decorrentes dos objetos descritos acima serão suportadas pelas seguintes rubricas:

03.01.01.04.122.0002.2019 – 3.3.90.30.00 Ficha: 116
04.01.01.12.122.0002.2038 – 3.3.90.30.00 Ficha: 264
04.01.02.12.361.0020.2044 – 3.3.90.30.00 Ficha: 320
06.02.01.10.301.0014.2066 – 3.3.90.30.00 Ficha: 778
06.02.02.10.304.0016.2072 - 3.3.90.30.00 Ficha: 829
07.02.02.08.244.0009.2099 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1178
07.02.01.08.122.0008.2087 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1018
08.01.01.15.452.0029.2114 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1339
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1515
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1567

3.2 A dotação orçamentária identificada acima, destina apenas para alimentação do sistema do SICOM.

3.3 Conforme estabelece o art. Art. 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, desobriga quanto a sua identificação, senão vejamos:



Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da [Lei nº 8.666, de 1993](#), ou na modalidade de pregão, nos termos da [Lei nº 10.520, de 2002](#), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

(.....)

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

4. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – ESCLARECIMENTOS PRELIMINARES

4.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP), é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços para as futuras e eventuais contratações, perquiridas pela Administração Pública Municipal, conforme estabelecido no Art. 15 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e, em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13 e alterações dada pelo Decreto Federal nº 9.488/18, decretos estes que regulamenta os procedimentos de registro de preços e procedimentos de caroneiros.

4.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Pública/Município a firmar as contratações que deles poderão advir facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida em busca do interesse público decorrente de economicidade ao Erário, sendo assegurado à Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços, a preferência de contratação em igualdade e condições.

4.3 Conforme prescrito no subitem anterior (4.2) a existência de preços registrados na ata não obriga a Administração Pública, a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, sendo assegurado à Adjudicatária detentora da ata de registro de preços preferência em igualdade e condições, conforme estabelece art. 15 § 4º da Lei 8.666/93.

4.4 A Ata de Registro de Preços é um instrumento vinculativo, com as condições de compromissos para a futura contratação, mantidos os preços conhecidos no desfecho do certame (fase de proposituras de lances), porém, não gera direito a Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços de ver seus preços contratados pela Administração.

4.5. A Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer entidade que integre a Administração Pública estadual ou municipal, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador – Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, através de instrumento formal encaminhado à Autoridade Máxima do Município, solicitando a adesão a ata de registro de preços.

4.6. Dado ao disposto no Decreto Federal nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, que alterou o art. 22 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, o órgão gerenciador, os órgãos participantes, bem como os órgãos não participantes, interessado em participar da Ata de Registro de Preços, como caroneiro, deverá observar o disposto no supracitado artigo, senão vejamos:

Art. 22 (omissis)

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.



§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (Alteração dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018)

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Alteração dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018).

§ 4º-A (omissis)

(....)

II - O instrumento convocatório da compra nacional preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.7 Conforme descrito no subitem 4.5, caberá a “Adjudicatária” detentora da “Ata de Registro de Preços”, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não em contratar com o “Caroneiro”, desde que a aquisição de eventuais insumos não prejudique as obrigações assumidas com o Município de Japonvar(MG), através do (Órgão Gerenciador –Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos).

5. DA MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA SUA VIGÊNCIA

5.1 A Ata de Registro de Preços, é um instrumento que serve de base para futuras e eventuais contratações, no entanto é um instrumento pactuado entre as partes e assemelha em parte ao contrato administrativo, onde consta as respectivas obrigações e as penalidades aplicáveis por descumprimento da obrigação, conforme disposto na minuta da Ata de Registro de Preços (anexo II), que faz parte integrante do instrumento convocatório/edital e deste termo de referência para todos os efeitos legais e de direito.

5.2 A execução da Ata de Registro de Preços terá no que couber a regência legal o disposto na Seção IV – Dos Contratos - Capítulo III, da Lei Federal nº 8.666/93, e obediência aos preceitos contidos no item 6 – Da Execução dos Contratos e no que couber nos preceitos da Instrução Normativa “MARE nº 18, de 22 de dezembro de 1997”.

5.3. A Ata de Registro de Preços, terá sua vigência o prazo de 01 (um) ano a contar da data da sua assinatura, conforme disposto no art. 15, § 3º, inciso III da Lei 8.666/93.

6. DA MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

6.1 Conforme estabelece art. 62 § 1º da Lei 8.666/93, a minuta do contrato administrativo, objeto do (anexo III), faz parte integrante também do instrumento convocatório/edital e, deste termo de referência, uma vez tratar de aquisição a vigência do contrato não poderá ultrapassar o exercício financeiro no qual foi celebrado.

6.2 Considerando o interesse público, pautado na minimização de despesas, uma vez que os preços serão os mesmos registrados na ata de registro de preços e, existindo, o contrato administrativo poderá ter sua vigência prorrogada pautando no fornecimento tão somente de quantitativos de remanescente da respectiva ata de registro de preços, em observância ao disposto no “caput” do art. 57 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93.

7. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E DO RECEBIMENTO DOS PRODUTOS



7.1 Os produtos deverão ser entregues em conformidade com os quantitativos detalhado no quadro do subitem 1.1, onde o servidor realizará provisoriamente o recebimento dos mesmos, os quais serão recebidas de forma definitiva dentro do prazo de até 03 (três) dias, mediante conferência da qualidade, a ser realizada pela Comissão Especial, composta de servidores da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, onde na ocorrência da Adjudicatária, descumprir com a obrigação de entregar os produtos conforme avençado, a mesma estará sujeita a sanções administrativas por descumprimento da obrigação.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

8.1 Nomear servidor na qualidade de fiscal para acompanhar a execução da ata de registro de preços conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93, onde dita fiscalização não exime a Adjudicatária de suas responsabilidades.

8.2 Constituir a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, como “Órgão Gerenciador” da Ata de Registro de Preços, mediante apoio do Departamento de Licitação.

8.3 Nomear comissão especial composta de servidores da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos preços praticados no mercado, bem como fiscalizar a qualidade dos produtos fornecidos, devendo a Comissão conferir a qualidade dos produtos, onde constatando qualquer desconformidade do produto, deverá ser recusado o recebimento e comunicado formalmente mediante relatório ao Departamento de Compras para providencias decorrentes junto ao departamento jurídico do Município.

8.4 Expedir através do Departamento de Compras do Município, autorização de fornecimento dos materiais a débito do Município de Japonvar.

8.5 Notificar, formalmente, à Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preço, quando constatar o declínio na qualidade dos produtos e qualquer outra irregularidade no cumprimento obrigacional avençado na ata de registro de preços, recomendando providencias decorrentes fixando-lhe o prazo, nos termos da lei, garantida a ampla defesa.

8.6 Providenciar os devidos pagamentos através da tesouraria do Município, decorrente das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados, qual seja no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento.

8.7 Avocar para si a obrigação de realizar a publicação dos atos administrativos decorrentes no prazo da lei.

9. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA FUTURA ADJUDICATÁRIA

9.1 A Adjudicatária mediante notificação da Administração ou mediante ao circunstanciado na ata do desfecho do julgamento, deverá retirar a **Ata de Registro de Preços** e a devolvê-la no prazo de 05 (cinco) dias devidamente assinada, sob pena de incorrer em penalidades legais, dentre elas aplicação de penalidades pecuniárias, facultando a Administração o direito de convocar a licitante remanescente para celebrar a assinatura da ata de registro de preços nas mesmas condições.

9.2 A futura Adjudicatária deverá proceder o fornecimento dos produtos em conformidade com o detalhado no quadro do subitem 1.1, a débito da Prefeitura Municipal de Japonvar, somente mediante recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município, praticando os preços de acordo com a sua proposta de preço reformulada pós lances, em observância ainda ao teor da minuta da **Ata de Registro de Preços**.

9.3 A Adjudicatária deverá proceder a entrega dos produtos in loco (sede do Município), por sua conta e risco, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da autorização de fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras do Município, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação e, isentando o Município de qualquer despesas adicionais.



9.4 Avocar para si, todas as responsabilidades de eventuais danos causados à Administração Pública e/ ou a Terceiros, decorrente do fornecimento dos produtos, considerando que a sua entrega é in loco, sede do Município de Japonvar, no local definido na respectiva autorização de fornecimento.

9.5 Manter durante toda a execução da futura ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, dentre as obrigações as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.6 Aceitar somente supressões dos quantitativos registrados na ata de registro de preços conforme estabelece o art. 12 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em observância aos limites prescritos no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, reconhecendo desde já que não será objeto de aumento de quantitativos dos objetos, conforme estabelece os ditames do art. 12 do supracitado Decreto Federal.

9.7 Fica vedada à Adjudicatária detentora da ata de registro de preços, a negociação de títulos, emitidas contra o Município de Japonvar, sob qualquer pretexto.

9.8 A Adjudicatária reconhece desde já, que a fiscalização da execução da ata de registro de preços, por servidor do Município, não fará cessar ou diminuir as suas responsabilidades pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos ao Município e ou a terceiros.

10. DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

10.1 O pagamento das despesas efetivamente contraídas, serão pagas pela Tesouraria do Município, através (TED), em nome da futura Adjudicatária ou futura contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva autorização de fornecimento emitida por servidor do departamento de compras do Município.

10.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$I = (TX/100)$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

10.3 Por se tratar de quantitativos estimados, não se obriga a Administração na obrigação de contratar os quantitativos de objetos registrados na respectiva Ata de Registro de Preços, nem tão pouco ao pagamento do valor total registrado na ata, mas sim o valor decorrente da real aquisição dos objetos, em conformidade com as ordens de compras emitidas por servidores devidamente qualificados.

11. DA EMISSÃO NA NOTA FISCAL PAUTANDO NO CONTROLE DE LANÇAMENTO DE DESPESA

11.1 Objetivando melhoria no controle de lançamento das despesas será objeto de emissão de nota fiscal, constando a totalidade dos produtos registrada na autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de compras, onde não será aceita a entrega em desconformidade com a autorização, devendo ainda a nota fiscal ser emitida em conformidade com o fisco estadual.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



12.1 A licitante vencedora do certame, denominada “Adjudicatária”, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, conforme estabelecido no art. 64, § 3º da Lei 8.666/93, que se recusar injustificadamente a assinar a “Ata de Registro de Preço” bem como do eventual, “Contrato Administrativo”, conforme estabelecido no art. 62, § 4º da Lei 8.666/93, ou apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar documentação exigida pela Administração, ou apresentar documentação falsa, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, sujeitar-se a multa pecuniária no valor correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) a ser apurado em face do valor global da sua proposta de preços, sujeitando ainda nas demais penalidades descritas no instrumento convocatório/edital, na “Ata de Registro de Preços”, na minuta do “Contrato administrativo”, em conformidade com o que prescreve o caput do art. 64 e 86, ambos da Lei Federal de Licitação nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Este instrumento foi transcrito do Termo de Referência encaminhado pela secretaria requisitante e faz parte integrante do instrumento convocatório/edital, do anexo II – minuta da ata de registro de preços, do anexo III – minuta do contrato administrativo, para todos os efeitos legais e de direito, independentemente da não transcrição.

Japonvar/MG, 04 de dezembro de 2023.

Jose Rogerio Martins Alves
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº/2023

PROCESSO LICITATORIO Nº: **126/2023**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: **040/2023**

PREÂMBULO

Aos..... (.....) dias do mês de do ano de 2022, o **MUNICÍPIO DE JAPONVAR**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.476.0001-46, com sede Administrativa na Rua Curitiba, nº 112, Centro, de ora em diante denominado simplesmente **Administração**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Welson Gonçalves da Silva, CPF: 033.897.696-50 e de outro lado a empresa (.....qualificar.....), neste ato representado por (.....qualificar.....), de ora em diante denominada simplesmente **Adjudicatária**, neste ato representada por (.....qualificar.....), resolvem em comum acordo registrar os preços conforme detalhado no item 1 (um) abaixo descrito, pautando na **aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município**, em observância ao detalhado no anexo I termo de referência, em face do desfecho do Processo Licitatório 126/2023 - Pregão Presencial nº 040/2023, em observância ao que prescreve aos demais ditames da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, e suas alterações, bem como em observância ao teor da justificativa e de conformidade com as cláusulas seguintes:

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de fornecimento de materiais elétricos e hidráulicos, sendo que os mesmos são imprescindíveis ao desenvolvimento satisfatório das atividades das secretarias deste Município, uma vez que constantemente surge a necessidade de manutenção de imóveis públicos, praças, vias e demais órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Japonvar/MG, conforme detalhado no Termo de Referência, em atendimento à Solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

1 – DA DESCRIÇÃO DOS OBJETOS

1.1 Cuida-se do objeto a aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme quantitativos detalhados no quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTDE | V.UNIT. | V. TOTAL |
|------|-----------|------|------|---------|----------|
| 1 | | UNID | | | |
| 2 | | UNID | | | |
| 3 | | UNID | | | |
| 4 | | UNID | | | |
| 5 | | UNID | | | |
| 6 | | UNID | | | |

2 – DA VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura e não será objeto de prorrogação de sua vigência, conforme estabelece o art. 15, § 3º, item III da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ter os seus quantitativos utilizados pela Administração de Japonvar/MG, diante da necessidade de consumo e dentro do limite definido no anexo I – termo de referência.

3.2 Poderá ainda utilizar da Ata de Registro de Preços Órgãos da Administração Pública que manifestarem em participar como caroneiro, cabendo ao Órgão Gerenciador, qual seja a o Secretaria Municipal de Obras,



Infraestrutura e Serviços Urbanos para, interceder no desfecho dos procedimentos junto ao Adjudicatária e o Caroneiro, em observância aos quantitativos descritos na cláusula primeira e, em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13 com alterações dada pelo Decreto Federal nº 9.488/18.

4 – DO PREÇO

4.1 Os preços ofertados pela empresa, signatária da presente ata de registro de preços são constantes da cláusula primeira, observado qual seja os valores da proposta de preço reformulada pós lances, por conta da aquisição dos produtos, estimando um valor total de R\$ (.....).

4.2 Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como condições constantes do instrumento convocatório/edital objeto do Processo Licitatório nº 126/2023 – Pregão Presencial nº 040/2023, e no anexo I – termo de referência, instrumentos estes que integram a presente ata de registro de preços.

5 – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

5.1 A adjudicatária detentora da ata de registro de preços, só estará autorizada a fornecer os produtos a débito do Município mediante recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo departamento de compras do Município, devendo realizar a entrega in loco (sede do Município de Japonvar – Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos), no prazo de até 05 (cinco) dias contados a partir do recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compra, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação

6 – DO EMPENHAMENTO DA DESPESA

6.1 O empenhamento da despesa será processado pelo departamento de contabilidade mediante recebimento da ordem de compra emitida pelo departamento de compra e em observância ao descrito no contrato administrativo.

7 – DO PAGAMENTO

7.1 O pagamento das despesas efetivamente contraídas, serão pagas pela Tesouraria do Município, através (TED) em nome da futura Adjudicatária ou futura contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento emitida por servidor do departamento de compras do Município.

7.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.3 Por se tratar de quantitativos estimados, não se obriga a Administração na obrigação de contratar os quantitativos de objetos registrados na respectiva Ata de Registro de Preços, nem tão pouco ao pagamento do valor total registrado na ata, mas sim o valor decorrente da real aquisição dos respectivos produtos, em conformidade com as autorizações de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município.



8 – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

8.1 A condição de fornecimento de cada item a débito do Município, será em observância ao detalhado no quadro do subitem 1.1, onde no ato da sua entrega o entregador deverá conferir a mercadoria junto com o recepcionista (servidor do Município devidamente constituído para o fim) e será objeto de recebimento provisório, mediante aceite na nota fiscal uma vez que o Município constituiu Comissão Especial para recebimento dos insumos, objeto de conferência com mais vagar da qualidade, prazo de consumo e se o mesmo está em conformidade com o constante no instrumento convocatório/edital e proposta de preços reformulada pós lances.

9 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 A recusa injustificada da licitante declarada vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, ensejará a aplicação da multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total registrado na ata de registro de preço elaborada em conformidade com a ata de julgamento do desfecho do certame.

9.2 A Adjudicatária que descumprir total ou parcialmente as obrigações pactuadas com a Administração Pública Municipal serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da Lei Federal 8.666, de 1993, garantida a ampla defesa, obedecidos os seguintes critérios:

9.2.1 Advertência formal, nas hipóteses de execução irregular de que não resulte prejuízo ao Erário;

9.2.2 Ocorrendo atraso na entrega de à Detentora desta Ata de Registro de Preços, ser-lhe á aplicada multa pecuniária de 1% (um por cento) por dia de atraso, sobre o valor total da ordem de compra com entrega pendente constituindo-se a mora independente de notificação ou interpelação, limitado ao percentual de até 10% (dez por cento) o que correspondente a 10 (dez) dias de atraso.

9.2.3 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ata de Registro de Preços na ocorrência de reincidência de atraso no cumprimento da obrigação de entregar o produto no prazo avençado;

9.2.4 suspensões temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com o Município de Japonvar/MG, pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme estabelece do art. 7º da Lei 10.520/02, decorrentes de inexecução da obrigação;

9.2.5 declarações de inidoneidade para licitar e contratar a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, nas hipóteses em que a execução irregular, ou atrasos ou inexecução associem-se á pratica de ilícito penal.

9.2.9 A penalidade de multa pecuniária deverá ser recolhida aos cofres públicos no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data da notificação, sob pena de lançamento em dívida ativa podendo o valor ser descontado de eventuais créditos.

10 – DOS RELINHAMENTO DE PREÇOS

10.1 Desde que respeitado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data da ata de registro de preços e, quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados a **Adjudicatária** mediante requerimento formal poderá perquirir junto a **Administração** o realinhamento de preços ou equilíbrio econômico financeiro, desde que esta seja formulada antes da emissão de eventual ordem de fornecimento e ou de compra, devendo o requerimento vir acompanhada de respectiva cópia da nota fiscal que serviu de referência para a formulação da sua proposta de preços e que foi objeto de propositura de lances, bem como cópia da nota fiscal que venha comprovar a alteração dos preços dos insumos de panificação e que não puder cumprir o compromisso avençado em Ata de Registro de Preço, o Órgão Gerenciador poderá:

10.1.1 Inicialmente liberar a **Adjudicatária** do compromisso avençado na Ata de Registro de Preços, sem aplicação de penalidades, desde que confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e que



será objeto de confronto das informações com o preço médio obtido pela **Administração** em detrimento de no mínimo 03 (três) orçamentos perquiridos no mercado local.

10.1.2 Uma vez confirmada a veracidade das informações descritas no subitem 10.1.1, a **Administração** em busca de minimização de custos, convocará formalmente todos os licitante remanescentes, incluindo a licitante detentora da ata de registro de preços, em igualdade de condições, com base no novo preço conhecido em detrimento do preço médio obtido em face dos 03 (três) novos orçamentos para a realização de procedimentos para elaboração de Ata de Registro de Preço suplementar para a adjudicação do item que sofreu majoração de preços.

10.1.3 Não havendo êxito na negociação a **Administração** poderá revogar o item da Ata de Registro de Preços, que sofreu majoração de preços, adotando medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10.1.4 Em busca do princípio do resultado econômico, reserva-se ainda ao **Contratante** o direito de rever durante a vigência da Ata de Registro de Preços que por sua vez refletirá nos valores deste contrato administrativo, facultado a detentora da Ata de Registro de Preços na redução de valores, objeto de pesquisa de preços praticado no mercado.

11 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS OBJETOS REGISTRADOS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 O objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art. 73, II “a” e “b”, da Lei Federal 8.666/93, e demais normas pertinentes.

11.2 A cada fornecimento serão emitidos instrumentos comprovando recebimento, nos termos do art. 73, II “a” e “b”, da lei federal 8.666/93.

11.3 O recebimento dos objetos será feita de forma provisória por servidor do Município e estará sujeita ao recebimento de forma definitiva pela Comissão Especial constituída para o devido fim, recebimento este que dar-se-á no prazo de até 3 (três) dias, conforme dispõe a lei.

12 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1 Esta Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pelo Órgão Gerenciador através pedido formal à Autoridade Máxima Municipal, justificando as razões do pedido, quando:

12.1.1 A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro De Preços;

12.1.2 A detentora da Ata de Registro de Preços não retirar qualquer ordem de Fornecimento no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

12.1.3 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de futuro contrato administrativo, se assim for decidido pela Administração;

12.1.4 Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

12.1.5 Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

12.1.6 Pela detentora da Ata de Registro de Preço, quando mediante solicitação formal, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo a Administração quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art.78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/94.



12.1.7 A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 dias (trinta) e dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

13 – DAS RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

13.1 Nomear servidor na qualidade de fiscal para acompanhar a execução da ata de registro de preços conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93, onde dita fiscalização não exime a Adjudicatária de suas responsabilidades.

13.2 Constituir a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, como “Órgão Gerenciador” da Ata de Registro de Preços, mediante apoio do Departamento de Licitação.

13.3 Nomear comissão especial composta de servidores da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos preços praticados no mercado, bem como para fiscalizar a qualidade dos insumos no ato do recebimento.

13.4 Expedir através do Departamento de Compras do Município, autorização de fornecimento dos produtos a débito do Município de Japonvar.

13.5 Notificar, formalmente, à Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preço, quando constatar o declínio na qualidade dos produtos e qualquer outra irregularidade no cumprimento obrigacional avençado na ata de registro de preços, recomendando providências decorrentes fixando-lhe o prazo, nos termos da lei, garantida a ampla defesa.

13.6 Providenciar os devidos pagamentos através da tesouraria do Município, decorrente das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados, qual seja no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento.

13.7 Avocar para si a obrigação de realizar a publicação dos atos administrativos decorrentes no prazo da lei.

14 – DAS RESPONSABILIDADES DA ADJUDICATÁRIA

14.1 A Adjudicatária mediante notificação da Administração ou mediante ao circunstanciado na ata do desfecho do julgamento, deverá retirar a **Ata de Registro de Preços** e a devolve-la no prazo de 05 (cinco) dias devidamente assinada, sob pena de incorrer em penalidades legais, dentre elas aplicação de penalidades pecuniárias, facultando a Administração o direito de convocar a licitante remanescente para celebrar a assinatura da ata de registro de preços nas mesmas condições.

14.2 A Adjudicatária deverá proceder o fornecimento dos materiais em conformidade com o detalhado no quadro do subitem 1.1, a débito da Prefeitura Municipal de Japonvar, somente mediante recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município, praticando os preços de acordo com a sua proposta de preço reformulada pós lances.

14.3 A Adjudicatária deverá proceder a entrega dos produtos in loco (sede do Município), por sua conta e risco, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da autorização de fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras do Município, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação e, isentando o Município de qualquer despesas adicionais.

14.4 A Adjudicatária avoca para si, todas as responsabilidades de eventuais danos causados à Administração Pública e/ ou a Terceiros, decorrente do fornecimento dos produtos, considerando que a sua entrega é in loco, sede do Município.

14.5 Manter durante toda a execução desta ata de registro de preços em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, dentre as obrigações as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



14.6 Aceitar somente supressões dos quantitativos registrados na ata de registro de preços conforme estabelece o art. 12 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em observância aos limites prescritos no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, reconhecendo desde já que não será objeto de aumento de quantitativos dos objetos, conforme estabelece os ditames do art. 12 do supracitado Decreto Federal.

14.7 Fica vedada à Adjudicatária detentora desta ata de registro de preços, a negociação de títulos, emitidas contra o Município de Japonvar, sob qualquer pretexto.

14.8 A Adjudicatária reconhece desde já, que a fiscalização da execução desta ata de registro de preços, por servidor do Município, não fará cessar ou diminuir as suas responsabilidades pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos ao Município e ou a terceiros.

15 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

16 – DO FORO

16.1 Fica eleito o foro desta Comarca de Brasília de Minas/MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preços.

16.2 E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo lavrado em três vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Japonvardede 2023.

Welson Gonçalves da Silva
Prefeito Municipal
ADMINISTRAÇÃO

Nome
Empresa
ADJUDICATÁRIA

Testemunhas:

1 _____

CPF:

2 _____

CPF:



ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

Contrato Administrativo nº...../2023

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023

PREAMBULO

O **MUNICÍPIO DE JAPONVAR**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº: 01.612.476.0001-46, com sede Administrativa na Rua Curitiba, nº 112 - Centro, de ora em diante denominado simplesmente **Contratante** neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Welson Gonçalves da Silva, CPF: 033.897.696-50 e de outro lado a empresa (.....qualificar.....), de ora em diante denominada simplesmente **Contratada**, neste ato representado por (.....qualificar.....) , para a **aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município**, conforme detalhado na clausula primeira, e de acordo com os preços registrados na proposta reformulada pós lances e de acordo com o detalhado no anexo I – termo de referência e em observância ainda ao descrito no anexo II – Ata de Registro de Preços, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, objeto do Processo Licitatório 126/2023 - Pregão Presencial nº 040/2023, em observância ao teor da justifica, bem como em conformidade com as cláusulas seguintes:

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de fornecimento de materiais elétricos e hidráulicos, sendo que os mesmos são imprescindíveis ao desenvolvimento satisfatório das atividades das secretarias deste Município, uma vez que constantemente surge a necessidade de manutenção de imóveis públicos, praças, vias e demais órgãos vinculados a Prefeitura Municipal de Japonvar/MG, conforme detalhado no Termo de Referência, em atendimento à Solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS OBJETOS

1.1 Cuida-se do objeto a aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme quantitativos e pesos detalhados no quadro abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTDE | V.UNIT. | V. TOTAL |
|------|-----------|------|------|---------|----------|
| 1 | | UNID | | | |
| 2 | | UNID | | | |
| 3 | | UNID | | | |
| 4 | | UNID | | | |
| 5 | | UNID | | | |
| 6 | | UNID | | | |

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR GLOBAL E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 – Do Valor Global

2.1.1 O **Contratante** pagará a **Contratada**, o valor de R\$(.....) por conta da aquisição dos materiais um valor global de R\$ (.....).

2.1.2 Tendo em vista os quantitativos serem estimados, não se obriga o Município ao pagamento total do valor constante do subitem 2.1.1 e sim do valor apurado em conformidade com as eventuais requisições/ordem de fornecimentos emitidas por servidor do Município devidamente credenciado.

2.1.3 Os preços referidos na proposta, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento dos produtos, tais como encargos sociais, previdenciário, trabalhista, Finanças, seguro etc, de modo a constituírem a

única e total contraprestação pela execução do contrato administrativo.

2.2 - Do Pagamento

2.2.1 Os pagamentos devidos, em decorrência das obrigações assumidas, serão efetuados pela Tesouraria do Município, através (TED) em nome da futura contratada, em conformidade com as condições estabelecidas no Anexo II – Minuta do Contrato Administrativo, ou seja, o pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada.

2.2.3- Não será efetuado qualquer pagamento a “**Contratada**” enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da dotação orçamentária nº

03.01.01.04.122.0002.2019 – 3.3.90.30.00 Ficha: 116
04.01.01.12.122.0002.2038 – 3.3.90.30.00 Ficha: 264
04.01.02.12.361.0020.2044 – 3.3.90.30.00 Ficha: 320
06.02.01.10.301.0014.2066 – 3.3.90.30.00 Ficha: 778
06.02.02.10.304.0016.2072 - 3.3.90.30.00 Ficha: 829
07.02.02.08.244.0009.2099 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1178
07.02.01.08.122.0008.2087 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1018
08.01.01.15.452.0029.2114 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1339
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1515
11.01.01.18.541.0034.2122 – 3.3.90.30.00 Ficha: 1567

3.2 Para o exercício futuro serão informadas novas rubricas orçamentárias, através de simples termo de apostilamento, conforme estabelece o § 8º do art. 65 da Lei 8.666/93, tendo em vista que a vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGENCIA CONTRATUAL

4.1 Este contrato terá vigência a contar da data da sua assinatura e encerrar-se-á no dia/...../.....

4.2 O presente contrato administrativo poderá ser prorrogado por iniciativa exclusiva do **Contratante** em conformidade com o prescrito no art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

5.1 A **Contratada** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, desde que respeitado os quantitativos da registrado na ata de registro de preços, conforme estabelece o art. 12 do Decreto 7.892/13.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRANTE

6.1 Nomear servidor na qualidade de fiscal para acompanhar a execução deste contrato administrativo conforme estabelece o art. 67 da Lei 8.666/93, onde dita fiscalização não exime a contratada de suas responsabilidades.

6.2 Nomear comissão especial composta de servidores da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, para acompanhamento dos preços praticados no mercado, bem como para fiscalizar a qualidade dos insumos no ato do recebimento.



6.3 Expedir através do Departamento de Compras do Município, autorização de fornecimento de dos produtos à débito do Município.

6.4 Notificar, formalmente, à Contratada, quando constatar o declínio na qualidade dos produtos e qualquer outra irregularidade no cumprimento obrigacional avençado na ata de registro de preços, recomendando providencias decorrentes fixando-lhe o prazo, nos termos da lei, garantida a ampla defesa.

6.5 Providenciar os devidos pagamentos através da tesouraria do Município, decorrente das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados, qual seja no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento.

6.6 Avocar para si a obrigação de realizar a publicação dos atos administrativos decorrentes no prazo da lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1 A Proponente Licitante mediante notificação da Administração ou mediante ao circunstanciado na ata do desfecho do julgamento, deverá retirar a o instrumento contratual e, devolve-lo no prazo de 05 (cinco) dias devidamente assinada, sob pena de incorrer em penalidades legais, dentre elas aplicação de penalidades pecuniárias, facultando a Administração o direito de convocar a licitante remanescente para celebrar a assinatura da ata de registro de preços nas mesmas condições.

7.2 Contratada deverá proceder o fornecimento dos produtos em conformidade com o detalhado no quadro do subitem 1.1, a débito da Prefeitura Municipal de Japonvar, somente mediante recebimento da autorização de fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município, praticando os preços de acordo com a sua proposta de preço reformulada pós lances, em observância no que couber ainda ao teor da minuta da **Ata de Registro de Preços**.

7.3 A Contratada deverá proceder a entrega dos produtos in loco (sede do Município), por sua conta e risco, no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da data do recebimento da autorização de fornecimento, emitida pelo Departamento de Compras do Município, sob pena de incorrer em penalidades legais por descumprimento da obrigação e, isentando o Município de qualquer despesas adicionais.

7.4 A Contrata avoca para si, todas as responsabilidades de eventuais danos causados à Administração Pública e/ ou a Terceiros, decorrente do fornecimento dos produtos, considerando que a sua entrega é in loco, sede do Município.

7.5 Manter durante toda a execução deste contrato administrativo em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, dentre as obrigações as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.6 Aceitar somente supressões dos quantitativos os conforme estabelece o art. 12 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, em observância aos limites prescritos no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, reconhecendo desde já que não será objeto de aumento de quantitativos dos objetos, conforme estabelece os ditames do art. 12 do supracitado Decreto Federal.

7.7 Fica vedada à Contratada, a negociação de títulos, emitidas contra o Município de Japonvar, sob qualquer pretexto.

7.8 A Contratada reconhece desde já, que a fiscalização da execução deste contrato administrativo, por servidor do Município, não fará cessar ou diminuir as suas responsabilidades pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos ao Município e ou a terceiros.

CLÁUSULA OITAVA - DO CRITERIO DE REALINHAMENTO DE PREÇOS



8.1 Na ocorrência da necessidade de realinhamento de preços, serão aplicadas as regras detalhadas no anexo I – termo de referência e no anexo II – ata de registro de preços.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 O instrumento contratual firmado em decorrência da presente licitação poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

9.2 Na hipótese de ocorrer a rescisão administrativa prevista no art. 79, inciso I, da Lei n. 8.666/93, à Administração são assegurados os direitos previstos no art. 80, incisos I a IV, parágrafos 1º a 4º, da Lei citada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1 A fiscalização sobre o fornecimento dos produtos insumo da presente licitação será exercida por um representante do **Contratante**, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

10.2 A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da **Contratada**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

10.3 O **Contratante** se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os produtos, se considerados em desacordo com os termos do presente contrato.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DA NOVAÇÃO

11.1 Toda e qualquer tolerância por parte do **Contratante** na exigência do cumprimento do presente contrato administrativo, não constituirá novação, nem muito menos, a extinção da respectiva obrigação, podendo a mesmo ser exigida a qualquer tempo.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste contrato administrativo, e quaisquer outras irregularidades, a Autoridade Máxima Municipal poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato administrativo, no caso da **Contratada** não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela Autoridade Máxima Municipal.

b) multa de 20% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato administrativo, no caso de reincidência no descumprimento de avenças do contrato administrativo por parte da **Contratada**, salvo se por motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela Autoridade Máxima Municipal.

c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme prescreve o art 7º da lei 10.520/2003;

d) declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública em âmbito Federal, Estadual ou Municipal, enquanto pendurarem os motivos determinantes da punição ou até que a contratante promova sua reabilitação.

12.2 A sanção de advertência de que trata o subitem 11.1, letra a poderá ser aplicada nos seguintes casos:

a) descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na



execução do contrato;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VINCULAÇÃO

13.1 As partes contratantes ficam vinculadas aos termos do anexo I - Termo de Referência e ao valor da proposta comercial de preço, bem como ao teor da Lei Federal nº 10.520/02, da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e ao teor do presente contrato administrativo para todos os efeitos legais e de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 A Contratada será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo a entrega deles decorrente estiver prevista para a data posterior a do seu vencimento e desde que tenha instrumento contratual que garanta a obrigação entre as partes conforme estabelecido no art. 62 § 4º da lei 8.666/93.

14.2 Se a qualidade dos objetos entregues não corresponder às especificações exigidas no anexo I – termo de referência os mesmos serão devolvidos e a substituição de verá ser efetuada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PÚBLICAÇÃO

15.1 É de total responsabilidade da Administração, efetuar a publicação do extrato do contrato administrativo, dentro do prazo legal, conforme determina a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1 Os casos omissos, assim como as dúvidas, serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, com alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que delas não se faça aqui menção expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1 As partes elegem o foro da Comarca de Brasília de Minas/MG, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram e também assinam.

Japonvar (MG), de de 2023

Welson Gonçalves da Silva
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Nome
Empresa
CONTRATADA

Testemunhas:

1.....
CPF:
2.....
CPF:



**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DITAMES DO INSTRUMENTO
CONVOCATÓRIO/EDITAL E SEUS ANEXOS**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023**

DECLARAÇÃO

Para efeito da licitação em epigrafe, o signatário da presente declaração, abaixo assinado, em nome da empresa (..... qualificar.....), e em conformidade com o disposto na lei federal de licitação nº 8.666/93 "**Declara**" que:

- a) Tomou conhecimento e concorda com todas as condições estabelecida no instrumento convocatório/edital e seus anexos, objeto do Processo Licitatório nº: 126/2023 – Pregão Presencial n °: 040/2023, e que não existe fato impeditivo quanto a participação da empresa qualificada acima em participar no certame até a presente data, bem como devemos declará-los caso venha a ocorrer durante a execução do futuro contrato administrativo, caso a mesma seja declarada vencedora do certame;
- b) no tocante aos requisitos de habilitação e que toda "Documentação/habilitação", apresentada são de nossa autoria e responsabilidade e que nos preços apresentados em nossa "Proposta Comercial" estão inclusas todas as obrigações financeiras dentre elas encargos sociais e trabalhistas, bem como os demais constantes do referido instrumento licitatório e seus anexos;
- c) sob pena de ação penal que nenhum dirigente, gerente ou sócio, responsável técnico, membro do corpo técnico ou administrativo da declarante, pertence ao quadro temporario ou permanente da Prefeitura Municipal de Japonvar - MG;
- d) renuncia a qualquer indenização ou compensação, a qualquer título ou pretexto, em decorrência da participação desta empresa na supramencionada licitação;
- e) não obstante, declara ainda sob pena da lei que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública nas esferas Municipais, Estaduais e/ou Federal

Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente para um só efeito.

Local/Data:/...../.....

Nome do signatário
CPF nº: >>>

Observações: 1. Constituindo representante esta declaração deverá ser entregue pelo representante da proponente licitante, diretamente o Pregoeiro Oficial do Município no ato do credenciamento, não constituindo representante esta declaração deverá ser anexada junto com a proposta de preços e enfiada no envelope 01 – proposta de preços, sob pena de inabilitação.



ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

DECLARAÇÃO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº..... por intermédio de seu representante o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(.....) Ressalva: emprega menor a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Local/data..... de de

(Assinatura representante legal)

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima. Esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação e enfilexada no envelope (02), sob pena de inabilitação



ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE INIDONEIDADE PARA CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023**

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

DECLARAÇÃO

A empresa.....(.... qualificar.....), através do seu signatário/representante legal.....(.....qualificar.....), abaixo assinado, "**Declara**" que não está sob efeito de nenhuma "declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública na esfera federal, estadual ou municipal, nos termos do Inciso IV, do Art. 87, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, bem como que comunicará qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos da habilitação que venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico financeira. Não obstante, "**Declara**" ainda, que está ciente que a falsidade das informações fornecidas pode acarretar devolução dos recursos financeiros recebidos, acrescidos de juros e correção monetária, sem prejuízo de outras penalidades previstas em lei.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito.

Local/Data:de.....de

Assinatura do Declarante

Observação – esta declaração deverá ser colocado junto com a documentação habilitação e enfeixada no envelope nº 02, sob pena de inabilitação da proponente licitante



ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE IMPEDIMENTO PARA GOZAR DOS BENEFICIOS DO ARTIGO 43 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

DECLARAÇÃO

A empresa (.....qualificar.....), através do seu representante abaixo assinado “**Declara**”, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei Complementar n.º 147, de 07 de agosto de 2014, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo parágrafo 4º, do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local/Data....., ... de de.....

.....
Nome:>
CPF:>

Observação> Esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação habilitação e enfeixada no envelope 02 (dois), sob pena de perda do direito ao benefício do artigo 43 da Lei Complementar n.º 123/06.



MODELO - CARTA DE CREDENCIAMENTO DE REPRESENTAÇÃO

À
Prefeitura Municipal de Japonvar
At. Pregoeiro Oficial do Município
JAPONVAR-MG

Prezada Senhora,

A empresa.....(qualificar)....., credencia o Sr. (..... qualificar.....) para representá-la em todos os atos e reuniões relativas à Licitação, inerente ao Processo Licitatório nº: 126/2023 – Pregão Presencial nº 040/2023, que tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Não obstante certifica que o mesmo esta autorizado a assinar atas, rubricar documentações e proposta comercial, assinar contratos e apresentar instrumento de interposição de recursos e contestações, receber intimações e notificações, desistir expressamente dos prazos recursais, enfim, praticar todos os atos necessários objeto do Processo Licitatório em referência.

Local/Data _____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante

Observação: Este documento só deverá ser emitido no caso do envio de representante devidamente credenciado, o qual deverá ser entregue diretamente o Pregoeiro Oficial do Município, no ato da abertura do certame para fins credenciamento. Este modelo é exemplificativo e poderá ser substituído por qualquer sistema de procuração formal desde que tenha reconhecimento de firma do cedente



MODELO DE - PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

Local/Data; de de 2023.

À Prefeitura Municipal de Japonvar
Att. Pregoeiro Oficial do Município
JAPONVAR/MG

Prezada Senhora,

A Empresa(qualificar)....., através do seu procurador Sr.....(qualificar)..... declara que esta ciente dos ditames do instrumento licitação/edital e seus anexos, inerente ao Processo Licitatório nº 126/2023 – Pregão Presencial nº 040/2023 e, não obstante vem mui respeitosamente, apresentar proposta comercial de preços objetivando a seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme detalhado abaixo e, em observância ao que prescreve conforme detalhado no anexo I – termo de referência e em conformidade com o detalhado no anexo II – minuta da Ata de Registro de Preços:

| ITEM | DESCRIÇÃO | UND | QTDE | MARCA | VR. UNIT. | VR. TOTAL |
|------|-----------|-----|------|-------|-----------|-----------|
| 0001 | | | | | | |
| 0002 | | | | | | |
| 0003 | | | | | | |
| 0004 | | | | | | |

Valor global estimado R\$ (.....)

Diante disto científico que nossa proposta tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua emissão e, caso seja declarada vencedora, nos comprometemos a assinar o instrumento contratual no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação feita pela Administração Municipal, como também declaro que nos preços acima estão inclusos todos os encargos sociais, trabalhista, previdenciários e demais impostos, de forma a constituir única e total obrigação por conta do fornecimentos dos objetos nos preços descrito acima.

Sendo o quanto tinha(mos) para o momento, antecipo(amos) sinceros agradecimentos mui

Atenciosamente

Assinatura do Signatário ou Representante Legal

Atenção Licitante> Para formular sua proposta, deverá ser observado o detalhado o disposto no anexo I – termo de referencia, devendo ser descrito os produtos com as respectivas marcas do fabricante, **a falta da informação da marca do fabricante implica na desclassificação da proposta.**



AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Japonvar, Estado de Minas Gerais, em cumprimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 8.666/93, torna público que fará realizar Licitação na forma que segue:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 126/2023

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2023

SÍNTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para procedimento de registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos e hidráulicos para atender as necessidades da Secretaria de Obras deste Município, conforme detalhado no termo de referência, em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos.

TIPO DE LICITAÇÃO: **Menor Preço**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **Por Preço Unitário por item**

ENTREGA DOS ENVELOPES: **Até o dia 18/12/2023 até as 08h00m – horário de Brasília**

SESSÃO DE JULGAMENTO: **No dia 18/12/2023 as 08h05m – horário de Brasília**

Maiores informações, sobre o instrumento convocatório/edital e anexos, deverão ser encaminhadas via e-mail para japonvarlicitacao@gmail.com e as respostas serão dadas via e-mail pelo departamento de licitação e serão publicadas ainda no site oficial do Município www.japonvar.mg.gov.br. Recomenda-se o acompanhamento das publicações inseridas no site oficial do Município de Japonvar.

Japonvar/MG, 05 de dezembro de 2023.

Rodrigo Pinto dos Reis
Pregoeiro Oficial do Município
Portaria nº 041 de 02/10/2023